



“ Relacionamento interpessoal entre as mulheres detidas numa prisão portuguesa” - um estudo qualitativo

Tânia Costa

UMinho | 2020

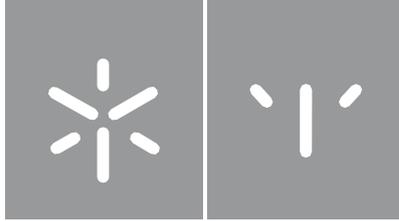


Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Tânia Fília Araújo Costa

“Relacionamento interpessoal entre as mulheres detidas numa prisão portuguesa” – um estudo qualitativo

setembro de 2020



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Tânia Filipa Araújo Costa

**“Relacionamento interpessoal entre as
mulheres detidas numa prisão portuguesa” –
um estudo qualitativo**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Tânia Costa

(Tânia Filipa Araújo Costa)

Universidade do Minho, 4 de setembro, 2020

Agradecimentos

Obrigada pai e mãe por todos os esforços que fizeram para tornar isto possível e ainda pelo apoio e paciência incondicional que me prestaram. Nada disto seria possível sem vocês.

Obrigada Cátia por estares sempre presente e disponível. És a minha voz da razão, a pessoa que procuro sempre que preciso de um conselho.

Obrigada Bruno por me incentivares sempre a fazer mais e melhor. Não tenho palavras para todo o apoio, paciência e carinho que me deste nesta fase.

Obrigada Ana por seres o meu recurso tantas vezes ao longo destes cinco anos.

Obrigada ao professor Rui pelos conselhos que me transmitiu.

A todos eles, obrigada por acreditarem em mim.

Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 4 de setembro de 2020

Tânia Costa

Tânia Filipa Araújo Costa

“Relacionamento interpessoal entre as mulheres detidas numa prisão portuguesa” – um estudo
qualitativo

Resumo

Esta investigação explorou dois aspetos que têm permanecido ocultos na literatura: o relacionamento interpessoal das reclusas e o efeito do suporte dentro e fora da prisão nessas relações. Para isso, foram entrevistadas 19 mulheres detidas numa prisão portuguesa. Os dados foram analisados através da análise temática e os resultados mostraram que existem dois tipos de relações entre as reclusas: as namoradas e as amigas. Embora tenham diferentes motivações, os propósitos e dinâmicas destas relações são semelhantes. Todas assentam na desconfiança e insegurança e são marcadas pela violência. O ensino e outras atividades favorecem interações positivas, enquanto o trabalho produz rivalidades. Na falta de apoio externo (de familiares e amigos), as reclusas procuram criar laços dentro da prisão que os substituam. Já o apoio do cônjuge parece ser insuficiente, pois várias mulheres envolvem-se simultaneamente em relações homossexuais. Nos casos em que essas relações terminaram após a detenção, as reclusas envolveram-se posteriormente em díades homossexuais. Apesar da ambiguidade, os dados deste estudo aumentam a compreensão do universo prisional feminino, oferecendo novas alternativas para a prática neste contexto.

Palavras-chave: díades homossexuais, pseudofamílias, relacionamento interpessoal, vitimização.

“Interpersonal relationships between female inmates locked in a Portuguese prison” – a qualitative study

Abstract

This investigation explored two aspects that have remained hidden in literature: the interpersonal relationship between inmates and the effect of external and internal support on these relations. For that, 19 women who are locked in a Portuguese prison were interviewed and data were processed through a thematic analysis. The results show that there are two types of relationships: girlfriends and friends. Although they have different motivations, the purposes and dynamics of these relationships are similar. Both are based in mistrust, insecurity and deeply marked by violence. Education and other activities help positive interactions, whilst working increases rivalry. The lack of external support from friends and family ushers' inmates to look for that within the prison. The partner support seems to be insufficient, as many women engage in homosexual relationships. In cases that these relationships finish after inmate's arrest, they get involved posteriorly in homosexual dyads. Despite the data's ambiguity, this research will shed light on the female prison universe, providing new alternatives and ways to intervene on this matter.

Keywords: homosexual dyads, interpersonal relationship, pseudofamilies, victimization.

Índice

Revisão de literatura	9
Objetivos	10
Metodologia	11
Participantes.....	11
Procedimento	12
Análise de dados	12
Resultados	12
1. Namoradas	12
1.1. Atitudes	13
1.2. Motivações	13
2. Violência.....	15
2.1. Motivos.....	16
3. Amigas	17
3.1. Com quem elas criam amizades	17
3.2. A ambivalência das amizades	17
4. Pseudofamílias	18
5. Suporte dentro do EP.....	18
6. Apoio fora do EP.....	19
6.1. Apoiadas vs. “Abandonadas”	19
6.2. Cônjuges	20
Discussão.....	20
Conclusão	26
Referências	28
Anexo 1.....	33
Anexo 2.....	34

Lista de abreviaturas

EP - Estabelecimento Prisional

EPSCB-F – Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino

Lista de tabelas

Tabela 1 - Características sociodemográficas e jurídico-penais da amostra	11
Tabela 2 - Prevalência das motivações para o envolvimento em relações homossexuais	13
Tabela 3 - Prevalência de violência	15

Revisão de literatura

As dores do encarceramento têm um impacto mais grave nas mulheres que nos homens (Crewe, Hulley, & Wright, 2017) e, para lidar com a reclusão, elas desenvolvem relações com outras reclusas (Greer, 2000; Severance, 2005). Algumas das quais são somente de amizade e apoio, enquanto outras podem envolver comportamentos sexuais (Kolb & Palys, 2018). Severance (2005) definiu quatro tipos de relações entre as reclusas: as “conhecidas”, a “família”, as “amigas” e as “namoradas” (pp. 355-358).

Relativamente às relações familiares, os estudos são contraditórios. Greer (2000) e Severance (2005) descobriram que as mulheres criavam redes de parentesco dentro da prisão para atender às suas necessidades emocionais e combater a solidão, por força da perda de contacto com os familiares. Mais recentemente, Einat e Chen (2012a) não identificaram a presença dessas pseudofamílias, presumindo que pelo facto de as reclusas atualmente conseguirem manter um contacto mais próximo com os familiares, esses relacionamentos tornam-se desnecessários. Contudo, Kolb e Palys (2018) encontraram evidências da existência de pseudofamílias, ainda que as mesmas funcionassem apenas como um mecanismo de sobrevivência e adaptação.

As relações homossexuais são um aspeto significativo na subcultura prisional (Einat & Chen, 2012c). Embora muitas mulheres se identifiquem como heterossexuais, envolvem-se em díades homossexuais como forma de adaptação situacional (Kolb & Palys, 2018), por interesses económicos/materiais, pela privação de relações heterossexuais, por carinho e/ou por medo (Einat & Chen, 2012c). As opiniões dos pares acerca destas relações são ambivalentes: muitas reclusas julgam tais condutas como repugnantes e uma forma de prostituição; enquanto outras referem que essas relações atenuam as dores do encarceramento (Einat & Chen, 2012a).

A maioria da população reclusa tem históricos de relacionamentos disfuncionais, que tendem a reproduzir dentro da prisão (Trammell, Wulf-Ludden, & Mowder, 2015), logo a violência é uma constante. Ademais, muitas das detidas enfrentam problemas de saúde mental (Karatzias et al., 2017; Karlsson & Zielinski, 2018), o que as torna um alvo mais vulnerável à vitimação (Wolff & Shi, 2009b). Em geral, as relações interpessoais no meio prisional são bastante ambivalentes (Einat & Chen, 2012b). Por um lado, tais interações parecem fornecer maior apoio que os laços fora da prisão, porém, todos os relacionamentos neste contexto são marcados pela desconfiança e natureza transitória, estando assentes na manipulação, desonestidade e engano, o que conduz ao evitamento dos pares (Greer, 2000). As

interações sociais podem ser afetadas por diversos aspetos, sendo que a presente investigação se centra em dois: o suporte dentro da prisão e o apoio fora do EP.

O suporte dentro da prisão é fundamental para a adaptação e bem-estar das detidas, podendo advir da participação em programas educativos, atividades recreativas ou da ocupação laboral. O ensino funciona como uma “terapia” e proporciona um espaço “seguro”, onde estas mulheres podem criar relações saudáveis e positivas (Spark & Harris, 2005, pp. 150-152). Outras atividades (*e.g.* desporto e atividades culturais) funcionam como uma forma de entretenimento e também promovem competências sociais e a criação de relações afetivas (Silber, 2005; Valente, 2019). Por fim, o contexto laboral promove a integração social das reclusas no meio prisional (Veronese & Guareschi, 2005).

O apoio fora do EP diminui os sentimentos de abandono (Dodge & Pogrebin, 2001), mas muitas reclusas perdem o contacto regular com familiares e amigos devido à distância e custos financeiros das visitas (Casey-Acevedo & Bakken, 2002). Quanto aos seus companheiros, as mulheres podem usufruir do RVI. Estas visitas são bastante benéficas para a sua saúde mental e para um ambiente mais calmo dentro da prisão, ainda que a sua intimidade se torne um evento público disponível para ser criticado pelos pares, o que provoca naturais constrangimentos (Einat & Rabinovitz, 2012). Num grande número de casos, as reclusas cumprem pena em simultâneo com os respetivos parceiros e, apesar das interferências e controlo do sistema penal, os casais tendem a permanecer juntos. Quando os cônjuges estão fora da prisão, a relação tende a acabar, quer por opção feminina como masculina. Aliás, em algumas situações, o término da relação decorre da criação de novas ligações amorosas no contexto prisional (Granja, Cunha, & Machado, 2012).

Objetivos

O relacionamento interpessoal das detidas é bastante complexo e os estudos acerca do mesmo são escassos. O objetivo desta investigação é explorar as relações que as detidas constroem entre si e o eventual efeito do suporte dentro do EP (*i.e.*, participação em programas de ensino, atividades e trabalho laboral) e do apoio fora da prisão (*i.e.*, de familiares, amigos e companheiros) nessas interações. Assim, coloca-se a questão: “Como é que as reclusas percecionam as relações entre os pares dentro da prisão?”. O foco na interação dos pares deve-se ao facto de ser com quem as detidas têm maior contacto dentro da prisão, logo serão essas as relações com maior impacto na sua reclusão. O intuito não é criar modelos ou teorias a partir dos resultados encontrados, mas sim aumentar a compreensão do universo prisional

feminino que tem permanecido oculto na literatura, nomeadamente acerca dos processos adaptativos das mulheres reclusas. Deste modo, todo o processo foi enquadrado numa investigação qualitativa.

Metodologia

Participantes

Nesta investigação participaram 19 mulheres, dos 24 aos 71 anos ($M = 39.26$; $DP = 11.34$), o previsto para atingir a saturação dos dados. Todas tinham nacionalidade portuguesa e duas eram de etnia cigana. As participantes foram selecionadas a partir de uma amostragem intencional, atendendo aos critérios de inclusão definidos: todas tinham pelo menos uma ocupação dentro da prisão e 12 usufruíam ou já usufruíram no passado do RVI. Outras características da amostra encontram-se sintetizadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características sociodemográficas e jurídico-penais da amostra

		<i>n</i>
Estado civil	Casada/União de facto	8
	Solteira	6
	Divorciada	4
	Viúva	1
Escolaridade	Nenhuma	1
	3º ano	1
	4º ano	7
	6º ano	4
	9º ano	1
	10º ano	1
	11º ano	1
	12º ano	3
Crime	Tráfico de estupefacientes	10
	Homicídio	3
	Furto	3
	Burla	2
	Rapto	1
Tempo de reclusão	< 1 ano	4
	1 – 5 anos	12
	≥ 5 anos	3
Reincidentes	Sim	7
	Não	12

Procedimento

A recolha de dados foi realizada no EPSCB-F, através de entrevistas individuais semiestruturadas. O guião foi desenvolvido especificamente para este estudo e incluía questões acerca da adaptação à prisão; do apoio externo; das atividades ocupacionais dentro do EP; do relacionamento interpessoal com os pares; das relações homossexuais entre reclusas e sobre os conflitos e violência ocorridos na prisão. Este tipo de entrevista permite corrigir mal-entendidos e imprecisões no seu decorrer, o que contribui para a qualidade e credibilidade dos dados (Rubin & Rubin, 2005). Assim, todas as entrevistas decorreram de modo flexível, com uma duração de 10 a 47 minutos. Posteriormente, foram transcritas na íntegra, com vista a manter a autenticidade dos dados e assegurar a validade dos resultados. O anonimato e confidencialidade das participantes foram assegurados através da utilização de nomes fictícios.

Análise de dados

Os dados foram analisados através do método de análise temática, que permite identificar e analisar padrões nos discursos das participantes. O processo de análise inseriu-se no paradigma essencialista (Braun & Clarke, 2006) e, para criar os códigos e temas, utilizou-se uma abordagem mista, de forma a identificar os padrões relevantes para a área e questão de investigação em causa (Braun & Clarke, 2012). Cada transcrição foi minuciosamente revista e codificada utilizando um software qualitativo (*NVivo*), que facilita a organização e compreensão dos dados e auxilia a criação dos códigos e possíveis ligações entre eles (King, 2004). Depois, todos os códigos foram agrupados em temas e revistos em relação aos extratos e ao conjunto inteiro dos dados, sendo definidos em função dos mesmos. Uma das grandes vantagens da análise temática é a sua flexibilidade. Neste caso, a análise foi pensada de modo a fornecer uma descrição rica de todo o conjunto de dados e não de um tema em específico. Embora ao seguir este caminho alguma profundidade e complexidade seja perdida, este é o mais adequado considerando o objetivo e questão de investigação (Braun & Clarke, 2006). Para garantir a confiabilidade desta pesquisa e manter a transparência e coerência ao longo do processo, os resultados e conclusões são fundamentados a partir dos discursos das participantes.

Resultados

1. Namoradas

As relações homossexuais são bastante frequentes nas prisões femininas (Kolb & Plays, 2018). Todas as entrevistadas o afirmaram e cinco admitiram que já tiveram namoradas dentro da prisão, mas

apenas três se identificavam previamente como lésbicas. Enquanto Eduarda deixou claro que *“se não fosse aqui nunca andava com mulher nenhuma”*, Natália afirmou que o envolvimento numa relação homossexual a levou a repensar a sua sexualidade, identificando-se agora como bissexual. Vanessa, mesmo já se reconhecendo como homossexual, mostrou-se arrependida pela relação que teve dentro da prisão: *“foi a pior coisa que fiz, não por ser uma relação homossexual ... mas porque não são pessoas que eu me iria dar lá fora, muito menos ter uma relação”*.

Todas as mulheres envolvidas em condutas homossexuais tinham uma idade igual ou inferior a 37 anos, corroborando a associação de Hensley, Tewksbury e Koscheski (2002) entre a idade e o envolvimento em relações homossexuais. Contudo, não se verificou nenhuma ligação com o tempo de pena, como esses autores sugeriam.

1.1. Atitudes

Das participantes que opinaram acerca deste tipo de relações, sete manifestaram atitudes negativas, embora não fossem tão depreciativas como noutros estudos (Einat & Chen, 2012c; Greer, 2000). Aqui, as críticas centraram-se na violência ocorrida entre namoradas e nas demonstrações públicas incomodativas para as demais: *“beijarem-se na boca ... [estarem] na cama umas das outras”* (Ana). Duas participantes mostraram-se ainda indiferentes: *“não acho nada, elas lá se entendem”* (Mariana) e três exprimiram preconceito face à homossexualidade, descrevendo as mulheres que tinham namoradas como *“fufas”* (Bianca) ou pecadoras: *“Deus fez o homem e a mulher ... acho que já é qualidade da pessoa”* (Jéssica) e que *“deviam ter um acompanhamento psicológico”* (Catarina). Estas três participantes eram mais velhas e com pouca ou nenhuma escolaridade, duas das quais eram de etnia cigana.

1.2. Motivações

Tabela 2 - Prevalência das motivações para o envolvimento em relações homossexuais

Motivação	<i>n</i>
Afeto e carência emocional	13
Manipulação económica	11
Privação de relações heterossexuais	5
Estatuto social	1
Medo	1

Nota: *n* = 19. Como as participantes podem ter múltiplas motivações para o envolvimento em relações homossexuais, o total excede o tamanho da amostra.

Afeto e carência emocional. Especialmente à entrada, as mulheres sentem-se perdidas e desamparadas, o que contribui para uma maior carência emocional: “*quando fui para a minha ala foi a primeira pessoa que me ajudou e depois estás carente*” (Carolina). Como resultado, envolvem-se em relações homossexuais para atenuar as suas frustrações e não num sentido romantizado (Einat & Chen, 2012a): “*o mais próximo que conseguem ter de amiga é uma relação homossexual ... a pessoa está frágil, tem falta de carinho, de atenção ... e envolve-se aqui com alguém*” (Vanessa). Não se comprovou a associação desta motivação com o tempo de pena (Einat & Chen, 2012c), mas foi encontrada uma ligação com a reincidência: 67% das mulheres que referiram o afeto e carência emocional como principal motivo encontravam-se detidas pela primeira vez.

Manipulação económica. A discrepância económica entre reclusas é elevada e muitas delas, não tendo rendimentos económicos suficientes, envolvem-se em relações homossexuais para obter dinheiro e bens materiais (*e.g.* tabaco e café). Eduarda afirmou que a atual relação da sua ex-namorada era “*por interesse, porque ela a mantém, era o que eu fazia, mas acabou*”. Isto é percebido como um processo racional e normativo aprendido na subcultura prisional, uma vez que as mulheres não procuram estabelecer ligações próximas, mas sim alcançar uma forma fácil de sustento (Einat & Chen, 2012c).

Privação de relações heterossexuais. Como as detidas se encontram privadas de relações sexuais heterossexuais, recorrem às relações homossexuais para obter satisfação sexual (Einat & Chen, 2012a): “*são pessoas que sempre tiveram relações com o sexo oposto e cá dentro por falta... começam a relacionar-se com outras mulheres*” (Joana). Carolina comentou ainda que ter “*um estilo mais... [masculino] para elas é uma alegria*”. Portanto, a aparência masculinizada de algumas mulheres (*i.e.*, cabelos curtos, pelos faciais e roupas largas) pode motivar o envolvimento em tais relações, pela sua semelhança com o sexo oposto. Isso é corroborado pelos padrões hétero-normativos existentes nestas diades, em que essas mulheres assumem o papel do homem, enquanto as que têm uma aparência e comportamento tradicionalmente femininos ocupam o lugar da mulher (Kolb & Plays, 2018).

Medo. Apenas Vanessa referiu o medo como um dos motivos para o envolvimento em relações homossexuais ao contar que uma colega estaria a ser pressionada e extorquida pela namorada: “*era uma pressão de tal forma ... não tinha quem lhe depositasse dinheiro que [a namorada] ficava com tudo*”.

Estatuto prisional. Vanessa alegou que as reclusas detidas há mais tempo procuravam-se envolver sexualmente com várias mulheres porque isso lhes conferia maior *status* entre os pares: “*aquelas que eu vou comer todas ... para dizer que andam e que andaram, que são as melhores*”.

2. Violência

O ambiente prisional é bastante violento e, à exceção de uma, todas as participantes afirmaram que os conflitos são recorrentes (Tabela 3).

Tabela 3 - Prevalência de violência

Tipo de violência	<i>n</i>
Física	16
Económica	7
Psicológica	6
Sexual	2

Nota: *n* = 19. Como as participantes podem referir várias formas de violência, o total excede o tamanho da amostra.

Apesar de algumas reclusas dizerem que dentro da prisão não existem vítimas e “*tanto quem está a dar como quem está a levar vai dar*” (Carminda), oito participantes afirmaram que existem vitimizações entre os pares:

Há pessoas que ... manipulam e obrigam ... ameaçam, batem ... quando as pessoas têm coragem de apresentar queixa ... [a vítima] é mudada de ala ... mas [a agressora] não leva castigo, não é repreendida, continua a fazer o mesmo ... muita gente ... não se queixa porque têm medo ... no trabalho, nos corredores, numa ida aos clínicos ou num sítio qualquer está sujeita a cruzar-se com as outras. (Catarina)

Geralmente, os “*elos fracos*” (Vanessa), isto é, as mulheres com maior probabilidade de serem vitimizadas são as recém-chegadas à prisão, por não conhecerem o código de conduta deste meio. Consequentemente, vivem num medo constante e remetem-se ao silêncio, porque apesar de serem apoiadas, não estão protegidas. Por sua vez, o elo forte são mulheres reincidentes ou detidas há bastante tempo, que “*já estão acomodadas à cadeia*” (Rita). Além destas características, algumas reclusas referiram que a falta de vigilância aumenta a probabilidade de ocorrer violência: “*quando as guardas não estão ... há agressões*” (Érica).

Cinco mulheres apontaram ainda que a violência é usada “*de forma consciente para a outra ir para o castigo*” (Laura), isto é, as reclusas instigam outras a atacá-las fisicamente, com o intuito de as prejudicar: “*sabem que se eu provocar aquela pessoa, que até tem uma doença, esquizofrenia por exemplo ... ela me vai bater. Há quem faça isso com intenção*” (Rita). Estas intimidações representam uma forma de vitimação psicológica, porém, não são interpretadas pelas reclusas como tal: elas não

demonstram *insight* do que é a violência psicológica, as formas sob as quais a mesma pode ocorrer e a sua concomitância com outras formas de vitimação.

2.1. Motivos

Privilégios. O principal motivo para a violência interpessoal, mencionado por treze mulheres, foi a perda e/ou ganho de benefícios e bens materiais, ou seja, quando elas perdem certos privilégios (*e.g.* chamada telefônica) ou os querem ganhar: “*se não me emprestares o cartão para um café bato-te, se não me deres um cigarro bato-te*” (Sofia).

Ciúmes entre namoradas. Os ciúmes e sentimentos de obsessão e controlo entre namoradas, referidos por oito participantes, conduziam a discussões e insultos que frequentemente culminavam em ofensas físicas (*e.g.* Beatriz terminou com a sua namorada “*depois de ela me ter empurrado pelas escadas abaixo*”). Kolb e Plays (2018) descobriram que estes relacionamentos dentro da prisão existem sob certas regras, logo muitas reclusas fora da relação acabam por ser envolvidas nos conflitos, por serem vistas como uma ameaça a esses relacionamentos (Trammell et al., 2015). Assim, a violência entre namoradas torna-se um problema que envolve toda a comunidade prisional.

Mexericos. Sete entrevistadas citaram os mexericos como uma causa dos conflitos existentes (*e.g.* Sara já se envolveu em confrontos verbais com uma colega porque ela estava “*constantemente a mandar-me bocas, um dia eu estava mal disposta explodi*”). As mulheres que se envolviam em tal conduta foram descritas como invejosas, egoístas e maldosas, mas algumas das entrevistadas associaram ainda este fenómeno à natureza intrínseca das mulheres: “*muitas mulheres juntas...*” (Carolina). Geralmente, as reclusas utilizam os mexericos para aumentar a desigualdade social, promovendo os seus próprios interesses, enquanto prejudicam a vida das restantes (Einat & Chen, 2012b). O mesmo acontece com a correspondência escrita para os cônjuges, já que cinco participantes afirmaram que várias mulheres escrevem cartas para os companheiros das colegas “*a dizer a tua mulher anda metida com uma gaja...*” (Vanessa), com vista a arruinar as suas relações.

Etnia e nacionalidade. As reclusas de etnia cigana foram caracterizadas como “*muito conflituosas*” (Natália) e seis participantes descreveram-nas como responsáveis por grande parte da violência ocorrida. Esta opinião é partilhada pela comunidade prisional, incluindo guardas e elementos da direção (Gomes, 2011). Ana, da sua experiência no EP Tires, alarga ainda este conceito a reclusas estrangeiras: “*mais de 50% das reclusas são brasileiras, sul-americanas ou de raça negra ... têm grupos, divergências ... são racistas entre elas*”.

3. Amigas

3.1. Com quem elas criam amizades

A construção de laços com os pares funciona como uma forma de entretenimento e distração, que ajuda a combater os sentimentos de solidão e abandono, tornando a passagem do tempo menos custosa: *“temos de conviver com alguém, mesmo que não queiramos ... assim dávamos em tolinhas”* (Sara). Mais de metade da amostra referiu que as amizades compradas (*i.e.*, aproximação com vista à obtenção de benefícios económicos/materiais) são as mais frequentes: *“eu se quisesse tinha muitas amigas ... faço cantina todas as semanas, tenho a cela cheia... quando entrei elas faziam fila para a minha cela para me pedir coisas”* (Laura). Beatriz relata como isto é flagrante:

A partir do momento em que uma pessoa esteja mal, tente o suicídio ou esteja internada nos clínicos ... toda a gente se afasta ... pessoas que já tiveram aqui presas ... toda a gente queria andar com elas porque eram grandes traficantes, tinham dinheiro ... saem, voltam a entrar, desta vez ... sem nada, já ninguém quer saber.

A partilha de características (*e.g.* personalidade e idade) e experiências de vida comuns (*e.g.* educação e maternidade) foram, para oito participantes, o principal motivo para o início das suas amizades: *“há coisas na vida delas que eu também já passei, isso aproximou-nos e ... ficamos amigas”* (Bruna). Para quatro das entrevistadas foi o facto de se conhecerem previamente que as aproximou, enquanto uma mulher, detida por tráfico de estupefacientes, revelou que o crime cometido funcionou como elo entre si e as suas amigas, porque todas estavam detidas pelo mesmo crime.

3.2. A ambivalência das amizades

Embora 16 participantes declarassem ter relações de amizade com os pares, os seus discursos foram ambíguos, pois nove delas, simultaneamente, afirmaram não existir amigas dentro da prisão (*e.g.* Bruna tanto diz: *“aqui dentro não se fazem amigas”*, como refere: *“aquelas considero como amigas ... já trocamos moradas, números de telefone... para manter o contacto lá fora”*). Em geral, todas elas revelam grande insegurança nessas amizades: *“aqui até podemos ter aquele sentimento de amizade, mas que eu diga são amigas para a vida não posso dizer. Com duas sim, quero manter, mas tudo é incerto”* (Rita).

Esta ambivalência pode ser explicada através de três aspetos. Primeiro, a população reclusa é descrita como maldosa, egoísta e invejosa, utilizando mexericos para prejudicar a imagem das restantes.

Estas condutas aumentam a desconfiança entre os pares e contribuem para o afastamento entre si: *“ não me quero dar com esse tipo de gente ... se não podemos mostrar a nossa vida como é que vamos estreitar relações? Não dá”* (Vanessa). Depois, grande parte das relações derivam de interesses económicos, logo as detidas evitam criar relações de amizade pela falsidade e deslealdade assente nas mesmas: *“ ao princípio deixava, dava tudo, só que comecei a aprender... o cartão do café acabava, elas agarravam e bazavam ... ficava magoada. Chega um ponto acabou, põe para o lado essa pessoa”* (Eduarda). Por fim, duas participantes alegaram que o tipo de crime também influencia a criação de amizades ao dizerem que não conseguiam estreitar laços com mulheres detidas por tráfico de estupefacientes. Beatriz alargou isso a mulheres detidas por burla: *“ não consigo ter uma grande amizade com alguém que seja burlona ... seja traficante”*.

4. Pseudofamílias

Embora dez participantes fizessem referência a papéis familiares como irmã, mãe, filha ou tia, os mesmos eram utilizados em simultâneo com o termo amiga. Esses papéis eram construídos pela comparação com familiares fora da prisão (pela idade ou características similares) e pela vivência das rotinas típicas de uma família: *“vivemos todas juntas, partilhamos refeições ... é a mesma coisa que estarmos a viver com família”* (Joana). Por outras palavras, não se assemelhavam às pseudofamílias descritas na literatura, com regras e limites claramente definidos (Kolb & Plays, 2018), parecendo nada mais que relações de amizade.

5. Suporte dentro do EP

A própria estrutura e funcionamento da prisão afeta o relacionamento interpessoal dos pares, pelo companheirismo a que obriga. Vanessa, que já esteve detida noutra EP, ilustra essa situação: *“ [Lá] tínhamos uma relação mais próxima porque a isso obrigava, porque não havia uma escola ... aqui como eu posso passar o tempo de outra forma eu não estreito relações”*. As ocupações dentro da prisão forçam o contacto entre reclusas, mas os seus efeitos variam consoante os diferentes tipos. O ensino e atividades recreativas promovem o relacionamento interpessoal e aumentam a camaradagem e coesão entre os pares, porque estes partilham objetivos comuns e vivenciam momentos agradáveis de convívio: *“há mais proximidade, temos objetivos mais parecidos ... o tipo de conversa que tenho com elas é diferente da conversa de chacha que tenho lá em baixo”* (Carolina). Estas ocupações funcionam como um escape para as reclusas, uma vez que durante as mesmas elas podem interagir com pessoas fora da prisão (e.g. professores) e com os próprios pares sobre tópicos não relacionados com a cadeia, o que torna

essas interações mais estimulantes. Já o trabalho assume um efeito dicotômico. Inicialmente, facilita a integração e interação com os pares: *“durante o primeiro mês falava mais com aquelas que trabalhavam comigo”* (Carminda), mas a longo prazo aumenta os conflitos existentes entre si. Isto por causa da inveja pelas condições de trabalho ou remunerações das colegas: *“porque o trabalho de uma é melhor que o da outra, porque aquela recebe mais dinheiro”* (Laura), ou por outros motivos externos (e.g. Jéssica teve uma briga física com uma colega durante o trabalho porque *“ela teve uma zanga com uma amiga e por eu estar a falar com a amiga ... começou a embirrar comigo”*).

Aparte destas ocupações, as entrevistadas realçaram que a distribuição por alas também tem grande impacto na criação de relações afetivas. Isto porque elas são forçadas a interagir com companheiras da mesma ala, o que cria maior familiaridade e apego entre si (e.g. Rita ficou triste quando a sua amiga mudou de ala *“porque uma pessoa afeiçoa-se, de repente tiram-te aquela pessoa que se ria contigo, chorava contigo, te abraçava ... fui-me abaixo”*).

6. Apoio fora do EP

6.1. Apoiadas vs. “Abandonadas”

O contacto com familiares fora da prisão ajuda as detidas a superarem as dificuldades enfrentadas, pois têm alguém de confiança com quem podem desabafar e partilhar as suas angústias: *“é a hora que preciso para o resto da semana, faz muita falta, ajuda imenso”* (Rita). Elas procuram sempre recorrer aos familiares como fonte de apoio ao invés dos pares, mesmo que a disponibilidade destes seja maior, pois o contacto com pessoas fora da prisão está limitado à hora da chamada ou visita.

As reclusas que não tinham apoio do exterior foram descritas como *“abandonadas”*. Para combater a solidão e tristeza, muitas procuram obter esse apoio junto dos pares, mas isso nem sempre é correspondido: *“se eu procuro aqui dentro? ... já procurei e desiludi-me, porque pensei que era amiga ... depois por uma merdinha de nada vira o bico ao prego”* (Vanessa). Isto poderá ocorrer pelo facto de as restantes reclusas interpretarem essa aproximação como interesseira: *“não têm apoio familiar, não têm depósitos, é mais por interesse”* (Joana).

O apoio fornecido pelos amigos é inferior ao dos familiares, sendo que em alguns casos eram as próprias reclusas que não queriam receber visitas deles, porque *“ao vir um amigo deixo de ver a minha mãe ou um filho e eu quero ver a minha família”* (Bruna). Contudo, parece haver uma relação entre a existência de amizades fora da prisão e a predisposição para criar amizades dentro da prisão:

“não preciso de grandes amizades aqui dentro ... porque já tenho aqueles [lá fora]” (Beatriz) vs. *“lá fora ... acreditava que não tinha amigas, aqui tenho”* (Joana).

6.2. Cônjuges

Os companheiros também são uma fonte de suporte externo com bastante influência nas relações que as mulheres estabelecem no contexto prisional, especialmente pelo RVI. O efeito destas visitas a nível social é bastante controverso (Granja et al., 2012), porque diminuem os episódios de conflitos: *“antes de fazer uma coisa penso não... posso perder a visita”* (Jéssica), mas em contrapartida, as mulheres que usufruem do RVI são muito julgadas e criticadas, tanto pelos pares, como pelas próprias guardas: *“as pessoas que iam para as visitas íntimas eram muito escrutinadas”* (Ana). Contudo, o facto de estarem numa relação ou usufruírem do RVI não impede as mulheres de se envolverem em relações homossexuais dentro da prisão, especialmente naquelas cujo parceiro também está detido: *“vão às visitas íntimas e depois têm relações homossexuais aqui dentro ... 90% são com uma pessoa que também está detida”* (Vanessa).

Cinco mulheres terminaram as suas relações após a detenção, em dois casos, devido à criação de novas ligações amorosas com outras reclusas: *“Deixei o meu companheiro. Por causa dela”* (Eduarda). Todavia, as outras três mulheres também se envolveram posteriormente em relações homossexuais dentro da prisão.

Discussão

Esta investigação tinha como primeiro objetivo entender que tipo de relações as reclusas estabelecem entre si e como as mesmas se desenvolvem e mantêm ao longo do tempo. Os resultados sugerem que existem essencialmente dois tipos de relações entre as reclusas: as namoradas e as amigas. Como a literatura indicava que as mulheres se associavam a pseudofamílias dentro da prisão (Greer, 2000; Kolb & Plays, 2018; Severance, 2005), este estudo procurou também analisar esse tipo de relacionamento. Embora algumas participantes fizessem referência a papéis familiares, estes não seguiam as regras e limites dessas pseudofamílias. Em vez disso, tinham as mesmas características e propósitos que as relações de amizade, pelo que são necessários mais estudos para obter conclusões fiáveis. Já a violência parece inerente a todos os tipos de interações, ainda assim, nem todas são negativas. Esta é uma temática bastante complexa e ambivalente: embora as mulheres admitam que as relações interpessoais entre os pares são bastante benéficas, revelam grande desconfiança entre si e bastante insegurança nas ligações criadas. Em alguns casos, o receio de serem enganadas conduz ao

evitamento da interação com as colegas. Em todo o caso, é visível que o desejo das reclusas não é criar laços duradouros e de confiança, mas sim atender a algum propósito específico a partir dessas relações (*e.g.* ajuda na integração, suporte emocional, companhia, etc.) enquadrando-se, pois, num padrão utilitário.

O envolvimento em relações homossexuais foi o tipo de relacionamento mais prevalente funcionando como uma estratégia de *coping* para lidar com as vicissitudes do encarceramento e atender às necessidades físicas, emocionais e financeiras (Einat & Chen, 2012c). Várias mulheres, mesmo identificando-se como heterossexuais, envolvem-se nestas relações (Kolb & Palys, 2018), porém, esta pode ser uma resposta relacional temporária inclusive para mulheres que já se identificavam anteriormente como homossexuais. Contudo, uma das participantes alegou que a sua orientação sexual mudou após o envolvimento numa relação homossexual. Apesar de ser pouco comum, os relacionamentos que estas mulheres estabelecem dentro da prisão podem efetivamente ter um impacto mais duradouro na sua sexualidade (Severance, 2005), mas face à pressão inerente ao ambiente prisional, isto pode ser uma resposta adotada para proteger o *self*.

Os comportamentos sexuais adotados pelas reclusas e as atitudes acerca dos mesmos são bastante incongruentes (Einat & Chen, 2012c). Tal contradição reforça o envolvimento em relações homossexuais como forma de adaptação situacional, pois sugere que a conduta sexual adotada pelas reclusas dentro da prisão não depende das suas preferências sexuais, mas sim das necessidades que enfrentam nesse meio. Novos estudos são necessários para testar a validade destas hipóteses. Relativamente ao preconceito face à homossexualidade, o mesmo pode ser explicado em função da idade e escolaridade, uma vez que estas características aparecem ligadas a atitudes negativas acerca da homossexualidade (Costa, Pereira, Oliveira, & Nogueira, 2010). Não foi encontrada literatura que relacione a etnia cigana com o preconceito pela homossexualidade, mas como uma das mulheres ciganas justificou a sua opinião a partir de ideais cristãos, o mesmo pode estar relacionado com a religião (Roggemans, Spruyt, Droogenbroeck, & Keppens, 2015).

O afeto e carência emocional, a manipulação económica e a privação de relações sexuais heterossexuais continuam a ser os motivos mais apontados para o envolvimento em relações homossexuais dentro da prisão (Einat & Chen, 2012c). O afeto e carência emocional apresentou ainda uma ligação com a reincidência. Como as reclusas primárias não estão tão envolvidas na subcultura prisional, é possível que não tenham consciência dos interesses subjacentes a tais relações, percecionando-as como resultantes de algum tipo de afeto, ao contrário do que acontece com as reclusas

reincidentes. O medo como uma razão para o envolvimento em relações homossexuais surgiu como uma causa pouco frequente (Einat & Chen, 2012c). Poderão existir mais situações semelhantes, mas permanecem ocultas precisamente pelo medo que as mulheres têm de ser vitimizadas pelas namoradas caso as denunciem (Trammell et al., 2015). De acordo com o código informal existente entre reclusas, as mulheres têm maior estatuto prisional em função do tempo de pena, das experiências de reclusão prévias e do crime cometido (Lindberg, 2005). Na literatura, o envolvimento em relações homossexuais não aparece associado ao estatuto prisional. Porém, como essa conduta faz parte da subcultura prisional (Einat & Chen, 2012c) e grande parte dessas relações assentam em estruturas de poder desiguais (Owen, Wells, Pollock, Muscat, & Torres, 2008), é possível que o envolvimento sexual com um maior número de mulheres confira maior poder e estatuto entre os pares, pois transmite a ideia de que essas reclusas devem ser temidas e respeitadas.

A maioria das relações de amizade, tal como as díades homossexuais, assentam na exploração económica, mas uma considerável parte resulta da partilha de características e experiências de vida semelhantes. Assim como na população geral, as reclusas são atraídas por mulheres com opiniões e atitudes semelhantes às suas, porque se sentem validadas e há maior probabilidade dessas interações serem positivas, ou seja, o relacionamento interpessoal é motivado pelo princípio da similaridade-atração (Berscheid & Reis, 1998). Todavia, existe bastante ambivalência em torno destas relações: as reclusas desejam estreitar laços com outras mulheres, mas não conseguem depositar confiança nas amizades criadas, percecionando-as como inseguras e instáveis. Isto deve-se sobretudo às atitudes e comportamentos egoístas e maldosos (*e.g.* mexericos) (Einat & Chen, 2012b) e aos interesses económicos, que criam um obstáculo ao desenvolvimento de boas relações. Já o crime tem um efeito duplo na criação de amizades, uma vez que a união das mulheres detidas por tráfico de estupefacientes pode ser explicada em função do evitamento dos pares. As reclusas viciadas ou ex-viciadas em drogas tendem a ser evitadas pelas restantes e, conseqüentemente, elas interpretam esse desapego como arrogância e maldade (Einat & Chen, 2010). O evitamento de mulheres detidas por burla só foi referido por uma participante, que teve uma relação homossexual com outra reclusa detida por esse crime, que terminou de forma desagradável. Neste caso, o evitamento de mulheres detidas por burla não se deve ao crime, mas sim à relação de intimidade.

Relativamente à violência interpessoal, as agressões físicas foram de longe a forma de violência mais comum, o que contradiz pesquisas anteriores (Owen, 1998; Wolff & Shi, 2009a). Uma possível explicação para tal é o aumento, nos últimos anos, da inclusão de mulheres mais violentas nas prisões

femininas (Lahm, 2015). Outra possibilidade está relacionada com a mudança nos padrões relacionais das mulheres: como a violência física ocorre sobretudo associada a contextos de drogas, relacionamentos, ciúmes e mexericos (Kolb & Plays, 2018; Trammell, 2009), o aumento destas motivações poderá potencializar a sua ocorrência. Todavia, é importante não esquecer que o código informal da prisão reprime a denúncia de outras reclusas, sob a ameaça de retaliação (Sykes, 1958). Portanto, grande parte da violência ocorrida pode estar subnotificada, especialmente na forma psicológica e econômica, já que os danos causados pelas mesmas não são tão visíveis como na violência física.

Os fatores que tornam as mulheres mais ou menos vulneráveis à vitimação foram o tempo de reclusão, o histórico criminal e os problemas de saúde mental. As mulheres detidas pela primeira vez e com menor tempo de reclusão são vistas como alvos mais fáceis, enquanto as agressoras são mulheres reincidentes e/ou com mais anos de cadeia. Tais resultados podem ser explicados a partir da subcultura prisional feminina, uma vez que à entrada as reclusas ainda não aprenderam as competências de sobrevivência necessárias e são facilmente manipuladas e vitimizadas (Pogrebin & Dodge 2001). Em relação aos problemas de saúde mental, as mulheres dentro do EP tendem a ser alocadas todas juntas, sem qualquer consideração sobre as suas patologias, necessidades de tratamento e separação do resto da população carcerária (Pogrebin & Dodge, 2001). Os recursos e cuidados ao nível da saúde nos EP são escassos e muitas reclusas não recebem o tratamento clínico que necessitam (Messina, Calhoun, & Braithwaite, 2014). Estas mulheres são mais reativas e facilmente manipuladas para agir agressivamente, logo são um alvo mais vulnerável à vitimização (Wooldredge & Steiner, 2013). A punição por si só pouco faz para travar a violência, logo as intervenções devem-se centrar na reeducação e desenvolvimento de competências, com o objetivo de promover uma mudança comportamental interiorizada e sustentada, tornando o ambiente prisional mais seguro. Primeiro, as reclusas com penas mais longas deveriam ter programas de treino de competências emocionais e sociais (*e.g.* autocontrolo, resolução de problemas, tolerância à frustração, etc.), que lhes permitam adquirir estratégias de *coping* saudáveis e não violentas para lidar com a reclusão e os sentimentos que daí advêm. Depois, deveriam existir planos de integração e prevenção da vitimação para todas as mulheres após a entrada, com vista a educá-las acerca dos fatores de risco e competências que promovam a sua segurança pessoal. Quanto às reclusas com transtornos mentais, é crucial existir um correto rastreamento dos seus problemas, para que recebam um acompanhamento clínico adequado às suas necessidades (*e.g.* programas cognitivo-comportamentais e comunidades terapêuticas focadas no trauma e no desenvolvimento de habilidades).

Além destas características, a violência também foi associada à falta de vigilância. Na literatura, isto não aparece como fator potenciador da vitimização, mas se o número de guardas prisionais é insuficiente para a quantidade de reclusas ou dimensão do espaço, o controlo da população reclusa e a manutenção da segurança serão menores. É, pois, essencial reforçar os recursos humanos destas instituições, porque quanto maior for a vigilância prisional menor será a violência ocorrida entre reclusas.

Os relacionamentos, ciúmes e mexericos continuam a ser motivos bastante comuns para a rivalidade e conflitos existentes (Kolb & Plays, 2018; Trammell, 2009), mas o mais prevalente neste estudo foi o ganho ou perda de privilégios. Como a maioria das reclusas tem escassos rendimentos económicos, o acesso a bens materiais é limitado, logo manipulam, ameaçam, roubam ou agridem outras de forma a obter esses produtos (Pollock, 2013). Quanto à violência que ocorre no contexto das relações homossexuais, é possível que a mesma resulte de percepções confusas e problemáticas de amor e atenção (Owen et al., 2008). A maioria das reclusas possui históricos de violência conjugal e as relações que elas constroem dentro da prisão tendem a reproduzir o ciclo de violência e disfuncionalidade que tinham fora dela (Trammell et al., 2015). Na prática, as reclusas deveriam ser sensibilizadas relativamente à violência conjugal, para se tornarem capazes de identificar situações de risco e comportamentos de abuso nas suas relações, bem como formas de lidar com os mesmos, para conseguirem travar o ciclo de violência nas suas vidas. Relativamente aos mexericos, estes representam por si só uma forma de abuso e vitimização social (Severance, 2005), pois são usados para magoar, intimidar, humilhar e/ou isolar outras reclusas. Apesar dos avanços nas últimas décadas relativamente à igualdade de género, este fenómeno continua a ser atribuído pelas próprias mulheres a estereótipos de género (Einat & Chen, 2012b). Embora não tenha sido encontrada literatura acerca da deturpação da correspondência entre reclusas, estas condutas parecem ter as mesmas características e propósitos que os mexericos, ou seja, são atos usados para aumentar o estatuto social/material.

Por fim, parte da violência foi associada a mulheres de etnia cigana e de outras nacionalidades. Na literatura, as mulheres ciganas são descritas como sendo mais agressivas dentro da prisão (Bell, 2017; Gomes, 2011), mas estes dados podem refletir alguma discriminação relativamente às mesmas. De acordo com Cox e Sacks-Jones (2017), as mulheres de minorias étnicas e outras raças experienciam racismo e xenofobia por parte dos pares e do *staff* prisional. Portanto, as suas respostas mais violentas podem ser uma forma de combater a discriminação de que são alvo (DeCoster & Heimer, 2006). Claramente, estas problemáticas acentuam-se quanto maior for o número de mulheres estrangeiras e de etnia cigana no EP, o que pode explicar o facto de a nacionalidade só ter sido referida por uma

participante. Todavia, é fundamental a existência de programas que promovam a interculturalidade, de modo a combater estas formas de discriminação.

O segundo objetivo desta investigação era perceber qual o efeito do suporte dentro e fora do EP nas interações sociais. O ensino e atividades recreativas influenciam positivamente o relacionamento interpessoal das reclusas, mais do que a ocupação laboral que, a longo prazo, funciona como fonte de rivalidade e conflitos. Esta disparidade pode ser compreendida em função dos objetivos e funcionamento das mesmas, pois enquanto o ensino é uma atividade extra, o trabalho é a única forma de sustento para muitas reclusas. As próprias interações durante as aulas (com os professores e pares) são mais positivas que as que têm com os guardas e os pares no contexto de trabalho (Baranger, Rousseau, Mastrorilli, & Matesanz, 2018). Deste modo, seria benéfico repensar o funcionamento da ocupação laboral dentro da prisão, para que tal seja promotora de um relacionamento interpessoal positivo, em vez de produzir conflitos. Adicionalmente, embora não fizesse parte dos objetivos desta investigação, verificou-se que a distribuição por alas também afeta o relacionamento interpessoal das reclusas, havendo maior proximidade física com as mulheres da mesma ala. Isto porque o mero efeito da exposição cria familiaridade que, por sua vez, aumenta a vinculação (Zajonc, 1968).

O afastamento da família é uma das maiores fontes de sofrimento para estas mulheres. Quando elas têm contacto com o exterior sentem menos necessidade de interagir com os pares dentro da prisão. Contudo, elas frequentemente perdem essas ligações familiares (Lahm, 2015; UNODC, 2014). Sem esse apoio externo, muitas reclusas recorrem aos pares como fonte de suporte, mas face ao clima de desconfiança e à exploração económica existentes na prisão, existe a percepção de que essa aproximação é uma forma de obter apoio financeiro e não emocional.

Quanto ao apoio de amigos fora da prisão, a existência ou não destas figuras pode influenciar a criação de amizades dentro da prisão. Por um lado, as mulheres que mantêm laços com os amigos no exterior não sentem necessidade de criar ligações próximas dentro da prisão, talvez por interpretarem a sua reclusão como uma passagem e que as suas verdadeiras amizades estão lá fora (Coelho, Bernardo, Rocha, & Portugal, 2010). Já as mulheres que não têm amigos fora da prisão mostram-se mais predispostas a estreitar laços significativos com os pares. A ausência de amizades fora da prisão exerce um efeito semelhante à ausência de contacto com familiares, ou seja, as mulheres que não têm esse apoio externo sentem-se abandonadas e procuram estabelecer ligações dentro da prisão que substituam esses laços perdidos ou inexistentes. Mais pesquisas são necessárias para compreender esta associação entre os laços fora da prisão e os vínculos criados no ambiente prisional. Todavia, é claro o efeito positivo

que o apoio externo tem para as reclusas, portanto, seria promissor utilizar as visitas como reforço de comportamentos assertivos dentro da prisão.

Relativamente ao apoio proveniente do cônjuge, o RVI teve um efeito tanto positivo como negativo a nível social, porque as reclusas evitam conflitos para não perderem o direito a essas visitas (Einat & Rabinovitz, 2012), mas o criticismo subjacente às mesmas prejudica as relações sociais. Estas atitudes depreciativas surgem não só a partir dos pares como do *staff*, minando o efeito positivo que estes relacionamentos deverão representar. Assim, é necessário reeducar os profissionais no sentido de promover competências de tolerância e assertividade na interação com as reclusas.

Muitas mulheres, mesmo estando numa relação, envolvem-se simultaneamente em relações homossexuais dentro da prisão. Esta estratégia de adaptação situacional permite responder às suas necessidades físicas e/ou emocionais (Trammell et al., 2015), talvez porque o apoio do cônjuge e o RVI sejam insuficientes para tal. Esta hipótese é corroborada pelo facto de isto ocorrer sobretudo nas mulheres cujo parceiro também está detido, pois nesses casos o contacto com o cônjuge é menor que nas mulheres cujo companheiro está em liberdade.

Relativamente às mulheres cujas relações com os companheiros terminaram após a detenção, todas elas acabaram mais tarde por se envolver em díades homossexuais dentro da prisão (mesmo que o término da relação não tenha estado relacionado com isso). É possível que a perda do cônjuge amplifique as motivações para o envolvimento em relações homossexuais. Portanto, estudos futuros deveriam procurar entender se existe algum efeito entre a perda dos seus companheiros e o posterior envolvimento amoroso e/ou sexual com outras reclusas.

Conclusão

Este estudo possui algumas limitações que devem ser tidas em consideração. Primeiro, a análise temática pode ser vista como um método mal “marcado”, porque parece não existir uma análise tão identificada como noutros métodos (Braun & Clarke, 2006, p. 79). Depois, não é possível generalizar estes resultados, devido ao tamanho da amostra e às especificidades do EP onde os dados foram recolhidos. Outra limitação prende-se com a validade das respostas das participantes, porque algumas informações poderão permanecer ocultas ou ser distorcidas devido ao medo de retaliação, a falhas de memória ou à tendência das detidas em glorificar as suas experiências. A triangulação de métodos (*e.g.* com a observação etnográfica) permitiria contornar esta limitação porque diminuíam os vieses de um método específico (Maxwell, 2009), porém, tal não foi possível devido ao tempo disponível para a

realização deste estudo. Por fim, é necessário ter em conta que o relacionamento interpessoal das detidas pode variar em função de outros fatores (*e.g.* mudanças na população reclusa e nas políticas institucionais, maternidade, *gangs*, etc.).

Não obstante, os resultados aqui presentes aumentam o conhecimento acerca da subcultura prisional feminina, do relacionamento interpessoal entre as reclusas e do efeito do suporte dentro e fora do EP nessas interações. Esta é uma realidade complexa, dinâmica e principalmente ambivalente, logo as hipóteses aqui apresentadas não são conclusões definitivas, mas sim novas questões que devem ser exploradas em futuras pesquisas. As relações que as mulheres criam entre si ajudam-nas a tornar a reclusão mais suportável e podem transmitir imensos benefícios, mas também são potenciais caminhos para a aprendizagem ou refinamento de comportamentos desviantes e violentos, dificultando a sua futura reinserção social. Assim, é necessário encontrar soluções adequadas para diminuir as motivações para a violência e potenciar interações positivas. A reclusão pode e deve ser aproveitada como uma oportunidade de viragem na vida destas mulheres. Para tal, os EP devem-se focar na intervenção psicoeducativa, na gestão emocional e promoção de competências cognitivo-comportamentais. Além disso, com projetos de suporte social, mentoria e aconselhamento, estas mulheres poderiam desenvolver competências e conhecimentos essenciais para uma reintegração positiva na sociedade, que previna a sua reincidência.

Além do trabalho a ser realizado com a população reclusa, também é fundamental educar e treinar adequadamente os(as) funcionários(as) dos EP, especialmente os guardas, por serem os que têm maior contacto com as reclusas e cuja conduta afeta diretamente o seu quotidiano. Deste modo, os profissionais devem ser sensibilizados face às necessidades específicas do género feminino e às principais problemáticas desta população (*e.g.* patologias, violência conjugal, etc.), para reconhecer e intervir adequadamente nas diversas situações. Sendo eles os profissionais na linha da frente, devem ser capazes de promover um clima de igualdade e tolerância entre reclusas, incentivar a denúncia da vitimação e garantir a segurança de todas as mulheres, especialmente as vítimas, assegurando que todos os relatórios sejam devidamente tratados.

Referências

- Baranger, J., Rousseau, D., Mastroilli, M. E., & Matesanz, J. (2018). Doing Time Wisely: The Social and Personal Benefits of Higher Education in Prison. *The Prison Journal*, *98*(4), 490–513. doi:10.1177/0032885518776380
- Bell, K. E. (2017). Prison Violence and the Intersectionality of Race/Ethnicity and Gender. *Criminology, Criminal Justice, Law & Society*, *18*, 106-121. Retrieved from <https://ccjls.scholasticahq.com/article/1362-prison-violence-and-the-intersectionality-of-race-ethnicity-and-gender> (15/04/2020)
- Berscheid, E., & Reis, H. T. (1998). Attraction and close relationships. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 193–281). New York: Oxford University Press.
- Braun, V., & Clarke, V. (2012). Thematic analysis. In H. Cooper, P. M. Camic, D. L. Long, A. T. Panter, D. Rindskopf, & K. J. Sher (Eds.), *APA handbooks in psychology. APA handbook of research methods in psychology, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological* (pp. 57–71). Washington, DC: American Psychological Association.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*(2), 77–101. doi:10.1191/1478088706qp063oa
- Casey-Acevedo, K., & Bakken, T. (2002). Visiting Women in Prison. *Journal of Offender Rehabilitation*, *34*(3), 67–83. doi:10.1300/j076v34n03_05
- Coelho, T., Bernardo, A., Rocha, N., & Portugal, P. (2010). Impacto da privação ocupacional no quotidiano de mulheres reclusas e na sua adaptação à reclusão. Retrieved from <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/1408> (21/04/2020)
- Costa, C. G., Pereira, M., Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (2010). Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 93-147). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Cox, J., & Sacks-Jones, K. (2017). *“Double Disadvantage” The experiences of Black, Asian and Minority Ethnic women in the criminal justice system*. London: Agenda - Alliance for Women & Girls at Risk.

- Crewe, B., Hulley, S., & Wright, S. (2017). The Gendered Pains of Life Imprisonment. *British Journal of Criminology*, *57*, 1359-1378. doi:10.1093/bjc/azw088
- DeCoster S., & Heimer K. (2006). Crime at the intersections: Race, gender, and violent offending. In R. Peterson, L. Krivo, & J. Hagan (Eds), *The many colors of crime: Inequalities of race, ethnicity, and crime in America* (pp. 138-156). New York: New York University Press.
- Dodge, M., & Pogrebin, M. R. (2001). Collateral Costs of Imprisonment for Women: Complications of Reintegration. *The Prison Journal*, *81*(1), 42–54. doi:10.1177/0032885501081001004
- Einat, T., & Chen, G. (2012a). Female inmates' perspectives toward consensual same-sex sexual relationships in an Israeli prison. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, *36*(1), 25–44. doi:10.1080/01924036.2011.645723
- Einat, T., & Chen, G. (2012b). Gossip in a Maximum Security Female Prison: An Exploratory Study. *Women & Criminal Justice*, *22*(2), 108–134. doi:10.1080/08974454.2012.662122
- Einat, T., & Chen, G. (2012c). What's Love Got to Do with It? Sex in a Female Maximum-Security Prison. *The Prison Journal*, *92*(4), 484–505. doi:10.1177/0032885512457550
- Einat, T. & Chen, G. (2010). *Women's prison: The backyard of Israeli society*. Tel-Aviv: Resling Publishing House.
- Einat, T., & Rabinovitz, S. (2012). A Warm Touch in a Cold Cell. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *57*(12), 1522–1545. doi:10.1177/0306624x12461475
- Gomes, S. (2011). *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: O crime nos reclusos dos PALOP, Leste Europeu e de etnia cigana e as percepções dos guardas prisionais e dos elementos da direcção acerca deles* (Master's thesis, Universidade do Minho), Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/17004> (09/06/2020)
- Granja, R., Cunha, M. I., & Machado, H. (2012). *Intimidades em (des)conexão com a prisão: As relações amorosas de mulheres antes e durante a reclusão*. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/24727> (25/04/2019)
- Greer, K. R. (2000). The changing nature of interpersonal relationships in a women's prison. *The Prison Journal*, *80*(4), 442-468. doi:10.1177/0032885500080004009

- Hensley, C., Tewksbury, R., & Koscheski, M. (2002). The Characteristics and Motivations Behind Female Prison Sex. *Women & Criminal Justice, 13*(2-3), 125–139. doi:10.1300/j012v13n02_07
- Karatzias, T., Power, K., Woolston, C., Apurva, P., Begley, A., Quinn, C., ... Purdie, A. (2017). Multiple traumatic experiences, post-traumatic stress disorder and offending behaviour in female prisoners. *Criminal Behaviour and Mental Health, 28*(1), 72–84. doi:10.1002/cbm.2043
- Karlsson, M. E., & Zielinski, M. J. (2018). Sexual Victimization and Mental Illness Prevalence Rates Among Incarcerated Women: A Literature Review. *Trauma, Violence, & Abuse, 1*-24. doi:10.1177/1524838018767933
- King, N. (2004). Using templates in the thematic analysis of texts. In C. Cassell & G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 256–270). London: Sage Publications.
- Kolb, A., & Palys, T. (2018). Playing the Part: Pseudo-Families, Wives, and the Politics of Relationships in Women's Prisons in California. *The Prison Journal, 98*(6), 678–699. doi:10.1177/0032885518811809
- Lahm, K. F. (2015). Predictors of Violent and Nonviolent Victimization Behind Bars: An Exploration of Women Inmates. *Women & Criminal Justice, 25*(4), 273–291. doi:10.1080/08974454.2014.989304
- Lindberg, O. (2005). Prison cultures and social representations: The case of Hinseberg, a women's prison in Sweden. *International Journal of Prisoner Health, 1*(2-4), 143–161. doi:10.1080/17449200600553076
- Maxwell, J. A. (2009). Designing a qualitative study. In L. Bickman & D. J. Rog. (Eds.), *The SAGE handbook of applied social research methods* (pp. 214-253). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Messina, N., Calhoun, S., & Braithwaite, J. (2014). Trauma-informed treatment decreases posttraumatic stress disorder among women offenders. *Journal of Trauma & Dissociation, 15*, 6-23. doi:10.1080/15299732.2013.818609
- Owen, B. (1998). *In the mix: Struggle and survival in a women's prison*. Albany, NY: State University of New York Press.

- Owen, B., Wells, J., Pollock, J., Muscat, B., & Torres, S. T. (2008). *Gendered violence and safety: A contextual approach to improving security in women's facilities*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Pogrebin, M. R., & Dodge, M. (2001). Women's accounts of their prison experiences: A retrospective view of their subjective realities. *Journal of Criminal Justice, 29*(6), 531-542. doi:10.1016/S0047-2352(01)00115-5.
- Pollock, J. (2013). *Prisons and prison life: Cost and consequences (2° Ed.)*. New York, NY: Oxford University Press.
- Roggemans, L., Spruyt, B., Droogenbroeck, F. V., & Keppens, G. (2015). Religion and Negative Attitudes towards Homosexuals. *YOUNG, 23*(3), 254–276. doi: 10.1177/1103308815586903
- Rubin, H. J., & Rubin, I. S. (2005). *Qualitative interviewing (2° Ed.): The art of hearing data*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Severance, T. A. (2005). “You Know Who You Can Go To”: Cooperation and Exchange Between Incarcerated Women. *The Prison Journal, 85*(3), 343–367. doi:10.1177/0032885505279522
- Silber, L. (2005). Bars behind bars: the impact of a women's prison choir on social harmony. *Music Education Research, 7*(2), 251–271. doi:10.1080/14613800500169811
- Spark, C., & Harris, A. (2005). Vocation, vocation: A study of prisoner education for women. *Journal of Sociology, 41*, 143-161. doi:10.1177/1440783305053232
- Sykes, G. (1958) *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*. Princeton: Princeton University Press.
- Trammell, R. 2009. Relational violence in women's prison: how women describe interpersonal violence and gender. *Women and Criminal Justice, 19*(4), 267–285. doi:10.1080/08974450903224246
- Trammell, R., Wulf-Ludden, T., & Mowder, D. (2015). Partner Violence in Women's Prison: The Social Consequences of Girlfriend Fights. *Women & Criminal Justice, 25*(4), 256–272. doi:10.1080/08974454.2014.909762
- UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. (2014). *Handbook on Women and Imprisonment*. New York: United Nations.

- Valente, A. (2019). *Repórter TVI: Ensaio para a liberdade*. Acedido em: <https://tviplayer.iol.pt/programa/reporter-tvi/53c6b3483004dc006243bd77/episodio/t6e5> (19/11/2019)
- Veronese, M. V., & Guareschi, P. (2005). Possibilidades Solidárias e Emancipatórias do trabalho: Campo fértil para a prática da psicologia social crítica, *Psicologia & sociedade*, 17(2), 58–69. doi:10.1590/s0102-71822005000200009
- Wolff, N., & Shi, J. (2009a). Type, Source, and Patterns of Physical Victimization: A Comparison of Male and Female Inmates. *The Prison Journal*, 89(2), 172–191. doi: 10.1177/0032885509334754
- Wolff, N., & Shi, J. (2009b). Victimization and Feelings of Safety Among Male and Female Inmates with Behavioural Health Problems. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 20(1), S56–S77. doi:10.1080/14789940802710330
- Wooldredge, J., & Steiner, B. (2013). A Bi-level Framework for Understanding Prisoner Victimization. *Journal of Quantitative Criminology*, 30(1), 141-162. doi:10.1007/s10940-013-9197-y
- Zajonc, R. B. (1968). Attitudinal effects of mere exposure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9(2, pt.2), 1–27. doi:10.1037/h0025848

Anexo 1. Parecer da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas



Universidade do Minho

Conselho de Ética

Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: CEICSH 015/2020

Relatores: Emanuel Pedro Viana Barbas Albuquerque e Marlene Alexandra Veloso Matos

Título do projeto: *Perspetiva das reclusas acerca das suas relações interpessoais dentro da prisão*

Equipa de Investigação: Tânia Filipa Araújo Costa, Mestrado Integrado em Psicologia, Escola de Psicologia, Universidade do Minho; Professor Doutor Rui Abrunhosa (Orientador), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

A Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) analisou o processo relativo ao projeto de investigação acima identificado, intitulado *Perspetiva das reclusas acerca das suas relações interpessoais dentro da prisão*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) nada tem a opor à realização do projeto, emitindo o seu parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade pelos seus membros.

Braga, 26 de maio de 2020.

O Presidente da CEICSH

(Acílio Estanqueiro Rocha)

Anexo 2. Ofício da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



Exmo(a) Senhor(a)
Prof. Doutor Rui Abrunhosa
rabrunhosa@psi.uminho.pt

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		254/CCCRE	12.12.2019

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Psicologia na Universidade do Minho

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Rómulo Mateus, datado de 10/12/2019, a Dra. Tânia Filipa Araújo Costa foi autorizada, no âmbito do Mestrado em Psicologia, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

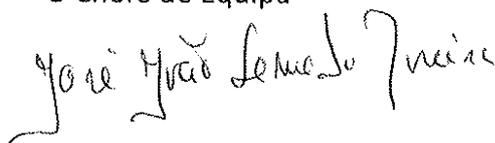
- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia ao centro de Competências de Comunicação e Relações Externas.



Considerando o número de investigações académicas, atualmente a decorrer em estabelecimentos prisionais, alerta-se para a possibilidade de a direção dos estabelecimentos prisionais poder vir a calendarizar a investigação para um momento mais oportuno.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Equipa



JJ Semedo Moreira